

O prejuízo da classe média, em discussão.

Uma coisa é certa sobre a Semana do Economista, que está sendo comemorada simultaneamente pela Ordem e Sindicato dos Economistas de São Paulo e Conselho Regional de Economia — não faltarão debates. Eles se iniciaram ontem à tarde na sede da Ordem, cujo programa de seminários diários até a próxima quinta-feira focaliza "Os Grandes Desafios da Economia na Transição Político-Governamental".

O vice-presidente da Fiesp, Paulo Francini, o presidente da Caixa Econômica Estadual, Marcos Gianetti Fonseca, o líder sindical Joaquim dos Santos Andrade e os economistas Carlos Antônio Rocca, José Tiacci Kirsten, o jornalista de **O Estado** Alberto Tamer e Miguel Colassuonno (presidente da Ordem e do Sindicato) partiram de um consenso geral — há necessidade de retomar-se o crescimento, aumentar a oferta de emprego e combater o achatamento salarial da classe média.

O senador Carlos Chiarelli, do PDS, que constava do programa, não compareceu "por ter sido convocado para urgente reunião em Brasília" com o ministro Mário Andreazza, segundo se informou, mas deverá participar no último dia do encontro. Chiarelli tem um projeto de modificação da lei salarial com 100% de INPC para todas as faixas.

Lei, para quê?

Paulo Francini ressaltou a ineficiência da lei salarial como instrumento regularizador dos salários.

— É a política econômica e o mercado que decidem isso, eles influem muito mais que lei salarial. A lei é um acessório.

Francini lembrou que a categoria salarial à qual a lei pretendia dar maior proteção foi uma das que sofreu maior perda da massa salarial, de acordo com estudos da Fiesp. Entre 80 e 82, a faixa salarial de um a cinco salários mínimos perdeu mais no conjunto global dos salários pagos do que a faixa de cinco a dez salários mínimos. A que menos perdeu, tendo ao contrário até aumentado, foi a faixa superior aos 20 salários mínimos mensais.

Também o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, disse que fazia o seu "mea culpa" em relação à política salarial introduzida em novembro de 79 junto com a semestralidade.

— Nós aplaudimos o que apelidamos de Robin Hood, mas a lei penalizou a classe média, a classe mais consumista, e hoje o emprego só cresce nos setores de exportação. No resto, a estagnação continua. Entre 79 e 84, o desemprego entre os metalúrgicos atingiu 25%, sendo que grande parte desse desemprego (mais de 90%) na faixa de 1 a 3

salários mínimos. Nós temos, no Sindicato, empresas em que o tempo de permanência média dos empregados é de sete meses.

Salários livres

Para Miguel Colassuonno, "a proposta em discussão é que os salários sejam reajustados livremente pelo mercado, dando-se maiores condições de negociação aos sindicatos, inclusive o direito de greve, condicionado a certas exigências". Segundo ele, os setores que apresentaram performance mais favoráveis, como os ligados à exportação, estariam em condições de remunerar acima do próprio INPC.

Do outro lado, os setores onde predominam as empresas de pequeno e médio porte poderiam ajustar os salários em bases inferiores ao próprio INPC. Para os indivíduos nas faixas de renda mais baixas, em geral os menos qualificados e suscetíveis de substituição, deve-se manter a correção dos salários com base no INPC integral.

Marcos Fonseca também falou na retomada do crescimento, comentando que ela não se faria apenas pela vontade nacional, sem política econômica adequada.

— Já fomos longe demais. A liquidez caiu 60% nos últimos quatro anos, sem que tenha ocorrido a redução da inflação. Nos últimos 40 anos, inclusive, os de maior crescimento foram os que apresentaram menor taxa inflacionária.

Contas erradas

O economista José Tiacci Kirsten, responsável pelo Índice de Custo de Vida da Classe Média, disse que o achatamento do poder aquisitivo dessa camada da população contribuiu grandemente para a recessão. Quem ganhava 30 salários mínimos em novembro de 79 passou para 13,6 em maio deste ano, informou ele. E quem ganhava dez salários mínimos naquela época bai-xou para 8,3.

— O nosso processo de industrialização foi feito com base na classe média. Ela é o esteio do mercado interno, responsável por 69% do consumo. E além de provocar indiretamente a geração de empregos, ainda dedica 12% do seu orçamento à geração direta de empregos de domésticas, motoristas, jardineiros e outros.

Kirsten apontou os defeitos de um INPC nacional, uma média exageradamente generalizada, além de ser dirigida à estrutura de consumo da classe de um a cinco salários mínimos. Ele acha que já existe a possibilidade de se ter um INPC mais amplo "menos errado", que meça a variação das despesas dos orçamentos domésticos até a faixa dos 20 salários mínimos mensais, uma vez que o IBGE pesquisa as diferentes camadas de renda.

Eliana Haberli